

ELOHÁ CABREIRA BRITO

MARIA CRISTINA CACCIAMALI

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A PROBABILIDADE DE INSERÇÃO EM OCUPAÇÕES DE CLASSES MÉDIAS: O PAPEL DA ESTRUTURA PRODUTIVA NA MOBILIDADE SOCIAL BRASILEIRA (2016-2023)

Recebido em 12/02/2025

Aprovado em 17/07/2026

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1232

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A PROBABILIDADE DE INSERÇÃO EM OCUPAÇÕES DE CLASSES MÉDIAS: O PAPEL DA ESTRUTURA PRODUTIVA NA MOBILIDADE SOCIAL BRASILEIRA (2016-2023)

ELOHÁ CABREIRA BRITO

Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Coordenação de Estudos sobre Democracia e Interações Socioestatais (Codem) da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). Doutora em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Email: eloha.cabreira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7275-7657>

MARIA CRISTINA CACCIAMALI

Professora sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam), ambos da Universidade de São Paulo (USP); e pesquisadora bolsista sênior do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Email: cciamali@uol.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9020-9961>

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar o impacto da estrutura produtiva brasileira sobre as chances dos indivíduos com 14 anos ou mais encontrarem uma ocupação de classe média no período 2016-2023. Secundariamente buscou-se analisar a evolução da participação e renda relativa dessa classe social no período de interesse. Essas análises foram realizadas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) e do modelo de regressão logística (logit). Os principais resultados indicam que o aumento da renda média domiciliar *per capita* (RDPC), embora positivo, não é condição suficiente para possibilitar a ascensão social no Brasil. Entre os principais fatores determinantes dessa ascensão destacaram-se o nível educacional (sobretudo, o ensino superior), setor de atividade (especialmente segmentos da tecnologia de informação e serviços de comunicação, profissionais e administrativos), local de residência (zona urbana e regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), sexo masculino, rendimento de aluguel ou arrendamento e RDPC elevada. As influências de fatores estruturais, institucionais, familiares e inatos evidenciaram que a ascensão social não depende somente do esforço ou mérito individual, bem como revelaram a importância de políticas educacionais, de inclusão social, de combate à discriminação e à desigualdade e, sobretudo, de um papel ativo do Estado na promoção de uma mudança estrutural positiva que amplie a participação relativa de setores de maior dinamismo e intensivos em mão de obra qualificada, criando, assim, mais ocupações de *classes médias*.

Palavras-chaves: classe média; estrutura produtiva; modelo logit; mobilidade social

Abstract

This article aims to investigate the impact of the Brazilian productive structure on the chances of individuals aged 14 and over finding middle-class employment between 2016 and 2023. A secondary objective was to analyze the evolution of the participation and relative income of this social class during the period of interest. These analyses were conducted using microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) and the logistic regression model (logit). The main findings indicate that while the increase in average per capita household income (RDPC) is positive, it is not a sufficient condition to enable upward social mobility in Brazil. Among the key factors determining this upward mobility, the following stood out: educational level (especially higher education), sector of activity (particularly in information technology, communication, professional and administrative services), place of residence (urban areas and the North, Northeast, and Central-West regions), male gender, rental or lease income, and high RDPC. The influence of structural, institutional, familial, and innate factors revealed that social ascension is not solely dependent on individual effort or merit. These findings also highlight the importance of educational policies, social inclusion, combating discrimination and inequality, and, above all, the active role of the State in promoting positive structural change that expands the relative participation of dynamic sectors that are intensive in skilled labor, ultimately creating more middle-class occupations.

Keywords: middle-class; productive structure; logit model; social mobility

Introdução

A construção e análise do comportamento e evolução das classes sociais de uma dada sociedade são instrumentos poderosos para examinar seus aspectos políticos e econômicos, a sua desigualdade de renda, suas expressões ideológicas e suas expectativas políticas, entre outras, que, por sua vez, condicionam outras desigualdades e oportunidades para diferentes posições de classe.

Entre as diferentes definições de classes sociais, a abordagem baseada na estrutura ocupacional mostra-se “*relativamente robustos [a], particularmente no que diz respeito à investigação empírica de relevantes resultados sociais*” (Santos, 2023, p. 127). Ressalta-se ainda que essa abordagem está mais próxima das origens do conceito ao definir as classes a partir de sua forma de inserção no processo de produção da sociedade capitalista – propriedade dos meios de produção ou venda da força de trabalho e pelo tipo de trabalho exercido, intelectual ou manual (Smith, 1983; Marx, Engles, 2007, 2012; Mills, 1969; Lockwood, 1989), e não apenas por sua posição intermediária na distribuição da renda domiciliar total ou per capita da economia (*classe média estatística*).

Portanto, existe uma intrínseca relação entre as estruturas produtiva, ocupacional e de classes sociais das economias. Uma vez que a estrutura produtiva é um dos principais determinantes do desempenho econômico¹ (crescimento, crise ou estagnação, taxa de pobreza, nível de desigualdade econômica), das oportunidades existentes no mercado de trabalho – impactando a forma de inserção da população (formal/informal), categorias ocupacionais (empregado/autônomo/MEI), nível de qualificação e remuneração – e, conseqüentemente, da mobilidade social.

Contrariando os mitos do livre-mercado e do “*self-made man*”², essa relação evidencia que a ascensão social da população não depende somente do

¹ Como aponta a literatura estruturalista.

² Esses mitos, ignorando o papel das desigualdades existentes em uma sociedade estratificada na determinação da posição de classe dos indivíduos, postulam a suficiência do livre-mercado e do esforço/mérito pessoal para a ascensão social (Dugger, 1996).

próprio esforço dos indivíduos, mas de fatores estruturais e institucionais (como a composição da estrutura produtiva, tipos de discriminação institucionalizados na sociedade etc.) que independem da vontade, esforço, mérito ou perseverança individual. Isso constitui a hipótese central a ser investigada pela presente pesquisa.

Nesta perspectiva, o principal objetivo do artigo é investigar o impacto da estrutura produtiva, além de fatores institucionais e geográficos, sobre as chances das pessoas com 14 anos ou mais inserirem-se em uma ocupação de classe média, no período 2016-2023, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNADC).

A definição de *classes médias*³ adotada consiste no agrupamento de quatro categorias sócio-ocupacionais (pequenos empregadores, especialistas autônomos, gerentes e empregados especialistas). A tipologia que norteou tal definição de classes médias fundamenta-se em um referencial neomarxista, especialmente nos cruzamentos de Wright (2005) entre posição na ocupação (*status* ocupacional), qualificação e grau de autonomia, bem como nas categorias sócio-ocupacionais do mapa de classes sociais da Pesquisa *Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas* do Ipea (Pompeu *et al.*, 2020, 2023), doravante Pesquisa DEMSNPPP Ipea, cuja tipologia baseia-se na construída por Santos (2005).⁴

Isso posto, o artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda seção aborda o conceito de *pequena burguesia e classes médias* na literatura e discute o comportamento desses segmentos sociais. A terceira seção apresenta a metodologia da

³ Compreende a pequena burguesia e classes médias. Adotou-se a nomenclatura no plural para distinguir as frações que compõem essa camada social heterogênea, cujos interesses e medos (sobre sua sobrevivência e posição social) são distintos, como destacado na segunda seção.

⁴ O enfoque nas *classes médias* está associado aos debates sobre a expansão da participação relativa na economia brasileira (na primeira década dos anos 2000, quando tal expansão foi ocasionada pela redução da desigualdade na distribuição da renda do trabalho, que ocorreu até 2014) e seu relevante papel no cenário político recente. Mais detalhes sobre o apoio dessa classe ao pacto antidistributivista contra o governo do PT nas jornadas de julho de 2013, em Magalhães (2015) e Pompeu *et al.* (2023). Sobre a participação dessa classe no movimento que levou ao surgimento do campo político neofascista no país, ver Boito Jr. (2023).

construção da base de dados e do modelo regressão logística utilizado na análise empírica. A quarta seção apresenta os dados sobre a evolução da participação e renda relativa desse estrato social e os resultados do modelo que estimou os determinantes da probabilidade das pessoas com 14 anos ou mais encontrarem emprego em ocupações de *classes médias* na economia brasileira no período 2016-2023.

2. Evolução do conceito e características das classes médias/pequena burguesia

Em meados dos anos 2000, o Brasil vivenciou um período de crescimento econômico robusto, impulsionado pelo *boom* das *commodities*, aumento da renda, especialmente em decorrência da política de valorização do salário mínimo, associada à criação de vagas de emprego em postos que pagavam um salário mínimo, e do consumo das famílias. Esse contexto de crescimento, aliado às políticas adotadas, ocasionou a melhoria da condição socioeconômica de parcela expressiva da população no Brasil, a qual passou a ser denominada *nova classe média*⁵ em ascensão (Nery, 2008). Mais recentemente, voltou a se difundir na economia brasileira tal perspectiva, a ponto de se mencionar que, em virtude da elevada participação relativa dessa classe na estrutura social nacional, o Brasil teria, novamente, se transformado em “um país de classe média” – expressão usada por Nery (2008) (Almeida, Barbi, 2025; Classe, 2025; Brasil, 2025).

Essa definição de *classe média*, com base em faixas de renda domiciliar total, está distante das origens do conceito de *classe média*, e ainda mais distante do padrão de vida típico de classe média associado a ele⁶. O

⁵ A classe média de Nery (2008) compreende as pessoas da Classe C. O autor define as classes com base na renda domiciliar total mensal (RDTM), de forma que a classe média compreenderia famílias com RDTM entre R\$ 1.064,01 e R\$ 4.591,00. Nota-se que essa faixa de renda, se considerada a média por pessoa no domicílio, seria muito menor (entre R\$ 214,00 a R\$ 923,00).

⁶ Ocupações de prestígio médio e alto, posse de capitais humano, cultural, simbólico e social, hábitos mais sofisticados, participação na vida cultural, capacidade de poupança, serviços de saúde e educação privados de qualidade, viagens para o exterior etc. (Salata, 2015; Bourdieu, 1979, 1983, 1987).

conceito original de classe média remete à forma de inserção dos indivíduos no processo de produção da sociedade capitalista (pequenos produtores/ pequena burguesia) (Marx, Engels, 2007, 2012), e não à posição intermediária na distribuição de renda total da economia (como o conceito de *classe média estatística* utilizado nas análises mencionadas no parágrafo anterior).

A evolução do conceito está vinculada à evolução do capitalismo, com o surgimento e crescimento no número de ocupações cada vez menos ligadas ao processo produtivo direto, com maior *status* social e associadas a distintos padrões de consumo ou posse de capitais (humano, cultural, simbólico, social etc.), bem como a diferentes relações políticas e ideológicas (individualismo, ideologia de meritocracia e ascensão social etc.). Essas características e as complexas relações sociais contribuíram para que tais trabalhadores (não manuais) se identificassem como integrantes da *classe média* (trabalhadores do colarinho branco, trabalhadores intelectuais, nova classe média, pequena burguesia de execução, nova pequena burguesia etc.), e não do proletariado (Braverman, 1987; Mills, 1969; Lockwood, 1989; Bourdieu, 1979, 1983, 1987; Poulantzas, 1975, 2019; Saes, 1977).

Mills (1969) e Lockwood (1989) ressaltam o maior prestígio social desses trabalhadores não manuais (colarinho branco nos EUA, jaleco preto ou escriturários na Inglaterra), característica que os distingue da classe proletária, a ponto de comporem uma *nova classe média*. Entretanto, os autores divergem sobre a tendência de sua crescente proletarização, em razão das novas tecnologias (mecanização dos escritórios). O primeiro autor destaca tal tendência, enquanto o segundo a nega, atribuindo a aproximação salarial entre esses e o proletariado ao crescimento relativo da participação feminina (que auferia menor salário) nas ocupações não manuais.

Os marxistas ortodoxos não fazem distinção entre o proletariado (normalmente associado ao *trabalho produtivo*) e os trabalhadores não manuais (*trabalho improdutivo*), pois a ambos falta a posse dos meios de produção

e sua fonte de renda é a venda da força de trabalho. Nessa perspectiva, destaca-se Braverman (1987) por integrar os trabalhadores não manuais à classe proletária também a partir de sua origem social e nível de qualificação, e não somente em sua forma de inserção no processo de produção capitalista (vendedores de sua força de trabalho). Ainda segundo esse autor, a gerência científica havia concentrado as tarefas de coordenação e planejamento, e parcelado, automatizado e rotinizado a maior parte das atividades de escritório e do comércio, tornando-as repetitivas e próximas da lógica das atividades manuais da fábrica, além da contratação de trabalhadores pouco qualificados, aproximando cada vez mais esse grupo de trabalhadores ao proletariado.

Bourdieu (1979, 1983, 1987) e Poulantzas (1975, 2019) também estabeleceram outros parâmetros para inserir os trabalhadores não manuais na estrutura de classes. Para Bourdieu, as condições econômicas criam distinções simbólicas, representadas por um estilo de vida e incorporadas pelo agente social segundo uma lógica (própria) da distinção (embate permanente entre as classes dominantes e as outras pela apropriação de bens materiais e simbólicos raros⁷). Assim, a análise da estrutura de classes deve considerar também os capitais cultural, simbólico e social.

Preferindo o conceito de *pequena burguesia* (um burguês de tamanho menor) ao de classe média, Bourdieu distingue três frações de pequenos burgueses: (i) em declínio – composta pelos pequenos produtores que dispõem de pequeno capital cultural, mas vêm perdendo importância econômica e social devido às mudanças nas estruturas produtiva e ocupacional; (ii) de execução – composta por empregados intermediários e subordinados do setor terciário, da administração pública e do setor privado que apresentam uma posição estável na estrutura sócio-ocupacional e detêm capital cultural intermediário; e (iii) nova pequena burguesia – profissões que exigem apresentação e representação (como as do setor cultural), pois requerem

⁷ Como hábitos de consumo de bens e serviços, práticas culturais, linguagem, postura corporal etc.

boa aparência pessoal, capital expressivo de conhecimentos ligados a artes, hábitos mais sofisticados, viagens etc.

Para Poulantzas (1975, 2019), as relações sociais de produção não se limitavam apenas a relações econômicas, mas eram determinadas simultaneamente por relações políticas e ideológicas (que estão sempre interligadas). Essa complexidade permitia que os trabalhadores não manuais pudessem ser agregados aos pequenos produtores tradicionais (*velha/tradicional pequena burguesia*), criando, entretanto, uma nova classe, a *nova pequena burguesia*. As características que autorizariam essa junção referiam-se ao individualismo pequeno-burguês, à ideologia da meritocracia e da ascensão social, à fantasia do Estado neutro (no sentido de estar acima dos interesses das classes) e protetor, à preferência por Estados fortes e bonapartismos (que garantissem a manutenção da ordem, estabilidade, proteção contra conflitos de classes etc.) e à defesa do *status quo*, acompanhado pelo medo da instabilidade política e da revolução.

O autor ainda ressalta que a *nova pequena burguesia* não dispõe de uma ideologia própria de longo prazo que defenda seus interesses. Portanto, o seu apoio político oscila, a depender da conjuntura econômica e política, das agendas políticas dos partidos das classes fundamentais (burguesia e proletariado) e das suas estratégias para capturar o apoio desses grupos sociais.

Saes (1977, p. 96) apresenta perspectiva semelhante, mas destaca os limites do alinhamento político das *classes médias* e a impossibilidade de fusão com o proletariado, em razão das diferenças ideológicas existentes. O autor ainda ressalta a independência da *pequena burguesia tradicional* (campeinato, artesanato, pequeno comércio) – que está somente indireta e externamente subordinada ao grande capital, que não controla diretamente o processo de produção – e a subordinação direta que o assalariamento impõe à *nova classe média* (trabalhadores assalariados do comércio, administração, finanças etc.). Em razão disso, a rejeição do trabalho assalariado pela *pequena burguesia* está associada à rejeição da expropriação

(e consequente sujeição direta ao capital). Por outro lado, a *classe média* já subordinada ao capital rejeita o trabalho manual, visto como inferior ao trabalho não manual. Assim o “medo da proletarização” representa para a *pequena burguesia* a rejeição do assalariamento (e não do trabalho manual, uma vez que muitos pequenos burgueses desempenham esse tipo de trabalho) e para a *classe média* a rejeição da equiparação socioeconômica do trabalho manual e do não-manual.

Os membros da *pequena burguesia/classes médias* apresentam alguns comportamentos típicos, como a ideologia de valorização do trabalho, aversão à corrupção e meritocracia cujas bases encontram-se no apego à ilusão da figura do “*self-made man*” e do sistema de livre-mercado como condição suficiente para possibilitar a ascensão social dos que realmente se esforçarem, desconsiderando outros fatores determinantes do sucesso ou fracasso dos indivíduos em uma sociedade estratificada (Saes, 1977; Cavalcante, 2018; Dugger, 1996).

Löwy (1998), para distinguir um trabalhador intelectual pequeno-burguês de um trabalhador proletarizado, introduziu os conceitos de *venda de serviços e venda de força de trabalho*. O pequeno burguês tradicional é um pequeno produtor independente, proprietário de seu negócio, que trabalha só ou com ajuda de sua família e vende mercadorias (pequeno comerciante, produtor rural ou artesão). Enquanto as demais categorias que irão compor frações da *classe média* vendem serviços (como os profissionais liberais). Há outras clivagens. Por exemplo, a diferença entre classe média e proletariado pode depender do grau de autonomia que a ocupação permite. Além disso, um profissional poderia estar em duas classes. Como o limite é difícil de ser reconhecido e fixado, o autor propôs conceitos intermediários como *semi-proletário* ou *semipequeno-burguês*.

Wright (2005), da mesma forma que Löwy (1998), admite que uma ocupação pode apresentar aspectos contraditórios e pertencer a duas classes sociais/frações, dessa forma introduzindo mais detalhadamente os cruzamentos da variável de posição na ocupação (*status* ocupacional) com qualificação e grau de autonomia. As categorias são: proprietário dos meios de produção

com intersecção com o número de empregados (muitos empregados = *capitalista*; poucos = *pequeno empregador*; nenhum = *pequena burguesia*); empregado com intersecção com o grau de qualificação (*especialista, qualificado e não qualificado*); e com relação ao exercício de autoridade (*gerente, supervisor e trabalhador*). Esses cruzamentos de Wright (2005) são a base teórica das categorias sócio-ocupacionais do mapa de classes social da Pesquisa DEMSNPPP Ipea (Pompeu *et al.*, 2020, 2023; Santos, 2005) utilizados neste artigo para definir as posições de classe (proxy das frações) que compõem as classes médias da economia brasileira.

Além desses estudos que abordam o conceito de *classe média*, há trabalhos que analisam a autoidentificação de classe, como Salata (2015) e Casb (2024), e mostram uma mudança na forma como os brasileiros percebem sua posição social. Salata (2015), analisando os dados de um “*survey* sobre a classe média”, realizado em 2008 em 141 cidades, aponta que a maioria do estrato C não se considerava *classe média*, mas os brasileiros do estrato 15% mais ricos sim, de modo que somente 24,5% se autodeclaravam pertencentes à *classe média*, 19,1% à classe trabalhadora e 16,2% à classe média baixa. O autor destaca que a *classe média* era associada não somente a um maior nível de renda, mas a ocupações de prestígio médio e alto e um estilo de vida típico (vide nota 6) que não correspondia à média ou mediana da população brasileira.

Realizada em 2023, a pesquisa Casb (2024), elaborada a partir de 14 grupos focais com trabalhadores de empresas de plataforma da cidade de São Paulo e Região Metropolitana, além de 4.017 entrevistas com público representativo da população adulta brasileira que vive do trabalho, encontrou um resultado peculiar: 71% dos entrevistados se autodenominaram *classe média* sob a ótica da renda (possivelmente dada a predominância do conceito de *classe média estatística*). Contudo, o mesmo estudo aponta que 67% desses entrevistados também se autodenominam trabalhadores pela ótica das relações de trabalho.

Ressalta-se, portanto, que a mudança na percepção dos brasileiros quanto à identidade de classe pode estar associada à compreensão do conceito de *classe média estatístico* (renda média mensal domiciliar *per capita*

entre R\$ 523,83 e R\$ 2.259,32⁸) e ao acesso a bens e serviços (como internet, *streamings*, falsificação de marcas famosas, viagens nacionais, entre outros) antes inacessíveis. Esses fatores geram um sentimento de ascensão social, embora a renda média, o tipo de ocupação, o estilo de vida, a capacidade de consumo e o acesso a bens e serviços desse grupo ainda permaneçam muito distantes das *classes médias* sob a ótica das classes sociais.

Por fim, é importante apontar as diferentes formas de manutenção da posição social das *classes médias*, ou seja, a geração de barreiras à entrada de outros membros. Os principais exemplos dessas barreiras à entrada na *classe média alta* são: falta de transparência em normas de acesso e promoções do funcionalismo público; institucionalização de barreiras e privilégios que dificultem o acesso a quem não pertence ao meio; criação de regulamentação e de registros profissionais; investimento em capital humano, cultural e social. Por outro lado, os *estratos médio e inferior da classe média* apoiam-se na manutenção de comportamentos, ações e símbolos que a distinguem do proletariado, como festas de aniversário para filhos, viagens nacionais etc. (Cardoso, 2020; Bordieu, Passeron, 2008).⁹

3. Metodologia e construção da base de dados

A base de dados para a investigação empírica dos fatores que determinam a probabilidade de inserção de pessoas com 14 anos ou mais em ocupações de classe média foi elaborada a partir dos microdados da PNADC, no período 2016-2023, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024)¹⁰ e do *software* Stata, com a aplicação dos fatores de expansão de cada unidade amostral, disponibilizada pela PNADC.

⁸Valores extraídos de Nery (2008) e corrigidos a preços de 12/2023 pelo INPC. Nery utiliza a renda domiciliar total para delimitar a Classe C ou nova classe média, mas apresenta também a renda domiciliar *per capita* correspondente a esse estrato populacional.

⁹Apresentamos nesta seção um breve resumo do conceito de pequena burguesia e classes médias na literatura. Contudo, há um extenso debate sobre classes sociais no Brasil. Mais detalhes sobre o tema ver Colombini Neto (2018) e Loureiro (2019).

¹⁰O período final foi escolhido com base na disponibilidade de dados e o período inicial consiste no ano anterior à reforma trabalhista brasileira (Lei n.º 13.467/2017).

As variáveis monetárias analisadas foram atualizadas, a preço médio do último trimestre de 2023, pelo deflator da PNADC. Ademais, excluiu-se do banco de dados as pessoas com condição no domicílio correspondente a: pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico; casos com renda domiciliar *per capita* e setor de ocupação ignorados. A unidade de análise corresponde à população ocupada com 14 anos ou mais.

A definição de *Classes médias/Pequena burguesia* (agregado das classes médias e pequena burguesia, doravante *classes médias*) baseou-se na tipologia sócio-ocupacional (e não na renda domiciliar das famílias), conforme metodologia da Pesquisa DEMSNPPP Ipea apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia das *classes médias/pequena burguesia* para o Brasil

Categoria	Crítérios teóricos metodológicos	Variável PNADC
Pequena burguesia (classe média tradicional)		
Pequenos empregadores	Proprietários de ativos agrícolas (pequenas propriedades) e não agrícolas que empregam um número reduzido de mão de obra. Apresentam maior variabilidade de renda. Ausência de subordinação. Fração média / ativos de menor valor.	Empregadores (VD4008=4) com 1 a 10 empregados (V4016<=2)
Especialista autônomo sem empregados	Não apresentam relação formal de assalariamento e subordinação. Alto nível de qualificação, sendo usual a presença de educação credencial. Renda elevada com relativa variabilidade. Ausência de subordinação e controle. Pode ser proprietário de ativos necessários para o exercício de sua qualificação. Fração superior privilegiada.	Conta própria (VD4008=5) que atua em um dos 70 códigos de ocupação ¹ (V4010) associados a essa categoria: 2120, 2521, 2522, 2523, 2529, 2511, 2512, 2513, 2514, 2519, 2111, 2113, 2112, 2114, 2141, 2142, 2152, 2144, 2145, 2146, 2143, 2149, 2131, 2132, 2211, 2261, 2250, 2262, 2221, 2264, 2265, 2330, 2320, 2310, 2351, 2611, 2619, 2612, 2632, 2631, 2633, 2634, 2635, 2411, 2421, 2422, 2423, 2424, 2412, 2413, 2431, 2432, 2642, 2643, 2654, 2655, 2652, 3153, 2133, 2151, 2153, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2212, 2230, 2266

Quadro 1 – Tipologia das *classes médias/pequena burguesia* para o Brasil (continuação)

classes médias (ou nova classe média)		
Trab. assalariados	Não tem propriedade ou posse de ativos. Renda do trabalho. Nível de salário, subordinação e qualificação variável.	Empregado no setor privado (VD4008=1) ou no setor público (VD4008=3) que atua em um dos códigos de ocupação (V4010) associados a cada categoria:
Gerentes	Controle geral do processo de trabalho. Limitado controle sobre as decisões de investimento e de alocação de recursos. Salário e nível de qualificação educacional maior. Fração superior privilegiada.	0110, 0411, 0511, 1111, 1112, 1113, 1114, 1120, 1211, 1212, 1213, 1219, 1221, 1222, 1223, 1311, 1312, 1321, 1322, 1323, 1324, 1330, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1349, 1411, 1412, 1421, 1420, 1431, 1439
Empregados especialistas	Maior nível de qualificação, inclusive educação credencial. Maior nível salarial e maior autonomia no processo de trabalho. Fração média alta.	2120, 2521, 2522, 2523, 2529, 2511, 2512, 2513, 2514, 2519, 2111, 2113, 2112, 2114, 2141, 2142, 2152, 2144, 2145, 2146, 2143, 2149, 2131, 2132, 2211, 2261, 2250, 2262, 2221, 2264, 2265, 2330, 2320, 2310, 2351, 2611, 2619, 2612, 2632, 2631, 2633, 2634, 2635, 2411, 2421, 2422, 2423, 2424, 2412, 2413, 2431, 2432, 2642, 2643, 2654, 2655, 2652, 3153, 2133, 2151, 2153, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2212, 2230, 2266

Fonte: Adaptação de Pompeu *et al.* (2020, p. 30-31, 2023), cuja tipologia baseia-se na de Santos (2005).

(1) Os códigos de ocupação são da Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD) da PNADC, variável V4010 (ocupação no trabalho principal).

Os determinantes da probabilidade de inserção em uma ocupação de *classe média* no período 2016-2023 foram estimados por meio do modelo de regressão logística, Logit, apresentado na equação (1) (Dias Filho, Corrar, 2012):

$$\ln \left[\frac{\Pr(Y=1 | X)}{1 - \Pr(Y=1 | X)} \right] = \beta'X + u \quad (1)$$

onde: (i) a variável dependente é o logaritmo natural da razão de probabilidade (*odds ratio*), calculada através da divisão da probabilidade de possuir uma ocupação de *classes médias* (descritas no Quadro1) dado o conjunto de variáveis explicativas $X = [\Pr(Y=1 | X)]$ – pela probabilidade de o indivíduo não possuir uma ocupação de *classes médias* – $[1 - \Pr(Y=1 | X)]$; (ii) X representa o conjunto de variáveis explicativas (binárias ou contínuas); (iii) β consiste no vetor de coeficientes estimados; e (iv) u é o termo de erro.

As variáveis explicativas utilizadas buscaram captar os impactos das características pessoais (sexo, cor, idade e nível de escolaridade), local de residência (zona urbana e cinco macrorregiões brasileiras), estrutura produtiva (setor de atividade principal), existência de rendimentos, no domicílio, oriundos de outras fontes além do mercado de trabalho (aposentadorias e pensões, aluguel ou arrendamento e outros rendimentos¹¹) e renda familiar (pela análise de três grupos de renda média domiciliar *per capita*, RDPC, mensal: 10% mais ricos; decis médios, ou seja, os 40% do meio da distribuição; e 50% mais pobres)¹² sobre as chances de inserção em ocupações de *classes médias*. Com exceção das variáveis idade e idade ao quadrado, as demais variáveis explicativas são binárias¹³.

Como os coeficientes do modelo de regressão logística só podem ser interpretados quanto ao seu sinal, utilizou-se a razão de probabilidade (*odds ratio*), obtida pela aplicação do antilogaritmo sobre os coeficientes (β) estimados, para mensurar a magnitude do impacto das variáveis explicativas sobre as chances de inserção em ocupações de *classes médias*.

Por fim, a significância estatística do modelo foi avaliada a partir dos seguintes testes: (i) teste t e (ii) teste F avaliam a significância das variáveis explicativas, o primeiro, individualmente, e o segundo, conjuntamente (em ambos busca-se rejeitar a hipótese nula); (iii) teste Hosmer-Lemeshow, com 9 grupos, avalia a qualidade de ajuste do modelo (busca-se não rejeitar a hipótese nula); e (iv) Curva ROC testou a capacidade do modelo discriminar grupos sinistrados ($Y=1 \mid X$) e não sinistrados ($Y=0 \mid X$), um resultado maior que 0,8 indica excelente capacidade de discriminação (Gujarati, Porter, 2011; Fávero *et al.*, 2009).

¹¹ Como bolsa de estudos, rendimento de caderneta de poupança, aplicações financeiras etc.

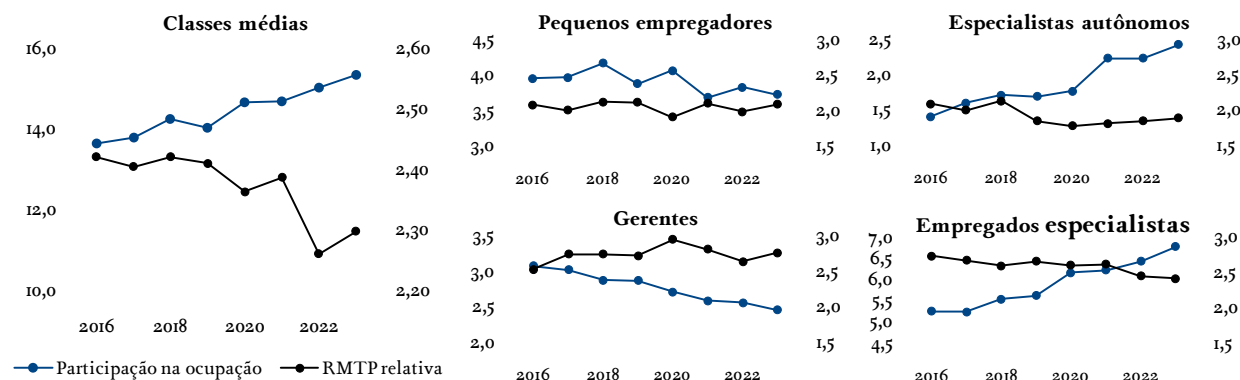
¹² Os decis de renda (definidos com base na população com 14 anos ou mais, conforme Tabela A1 do apêndice) foram adicionados para testar a relevância da RDPC (ou seja, da renda familiar) nas chances de inserção dos indivíduos em ocupações de *classes médias*.

¹³ Essas são iguais a 1 caso a pessoa apresente a condição de interesse (por exemplo, pessoa do sexo masculino ou negra) e 0 caso contrário.

4. Os determinantes da inserção da população brasileira em ocupações de *classes médias* (2016-2023)

A Figura 1 apresenta evolução da participação e do rendimento médio relativo das *classes médias* e das frações entre 2016 e 2023. Esses dados mostram que a participação relativa das *classes médias* no total de ocupados (15,32% em 2023) e sua expansão no período analisado (1,7 p.p.) estão muito distantes do encontrado nos estudos que abordam o conceito de *classe média estatística*.¹⁴

Figura 1 - Participação na ocupação (em %) e rendimento relativo das classes médias e das categorias sócio-ocupacionais que as compõem (2016 a 2023)



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNADC 2016 a 2023 (IBGE, 2024).

(1) Os dados da RMTP relativa são apresentados no eixo secundário. (2) As escalas dos eixos e dos gráficos diferem para evidenciar a evolução dos indicadores. (3) Para análise dos valores absolutos ver Tabela A2 do Apêndice.

Analisando as frações de classe (categorias sócio-ocupacionais) que compõem esse agregado, destacaram-se os *empregados especialistas* (caracterizados por maior qualificação em empresas/organizações) por seu maior crescimento, da ordem de 1,52 p.p., entre 2016 e 2023, alcançando, no último ano, uma participação relativa de 6,75% do total de ocupados; seguido pelos *especialistas autônomos* (prestadores de serviços qualificados sem contrato de trabalho assalariado formal¹⁵) que apresentaram crescimento de 1,02 p.p. no período, atingindo uma participação relativa de 2,42% em 2023.

¹⁴ A exemplo de Nery (2008). Em tal estudo a classe média correspondia, em 2008, a 51,89% da população brasileira. Aplicando o mesmo critério de renda, atualizada a preços de 2023, ao banco de dados deste artigo, a *classe média estatística* corresponderia, em 2023, a 61,01% das pessoas com 14 anos ou mais e a 62,24% dos ocupados com 14 anos ou mais.

Por outro lado, *pequenos empregadores* e *gerentes* apresentaram decréscimo de 0,23 p.p. e 0,61 p.p., respectivamente, de forma que suas participações relativas, em 2023, corresponderam a 3,71% e 2,45%. Entre as causas da perda de espaço no tecido econômico dos *pequenos empregadores* desponta a concorrência de empresas tipicamente capitalistas, que lhes corroem o tamanho de mercado e a renda; em contrapartida, a redução da participação relativa dos *gerentes* está associada à tendência de maior horizontalização dos processos de trabalho no Brasil, vista a operacionalidade das novas tecnologias e formas de organização do trabalho introduzidas lentamente na economia nacional face aos países centrais.

A renda média auferida pelas *classes médias* reflete o baixo e instável crescimento do período, a estagnação da produtividade e a falta de dinamismo das mudanças estruturais, bem como o reflexo de importantes alterações institucionais¹⁵, pois apresenta diminuição no coeficiente com relação à renda média total da estrutura ocupacional de 2,42 para 2,30, entre 2016 e 2023. No mesmo período, o rendimento real médio do total de ocupados da economia cresceu 2,81%; contudo, o rendimento médio das *classes médias* apresentou contração de -2,33% (passando de R\$ 7.076 para R\$ 6.903). Assim, a perda de rendimento dessa classe não foi somente relativa, mas também real.

A queda não foi maior devido ao crescimento de 0,24 p.p. do rendimento relativo e de 12,49% do rendimento real dos *gerentes*. Esses resultados, junto à redução na participação relativa dessa categoria sócio-ocupacional no emprego no período, mostram que ainda há dificuldades de se encontrar

¹⁵ Embora possam contribuir para a previdência como autônomos ou como sócio/proprietário de CNPJ, nos regimes MEI, Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real.

¹⁶ Como mostram Welle, Furno e Bastos (2022), nesse período, houve importantes alterações na política de valorização do salário mínimo, que afeta grande parcela da população brasileira. De reajustes anuais acima da inflação (entre 2003 e 2006, mesmo sem uma política institucionalizada), inclusão da valorização do PIB nesses reajustes e alteração da data-base para janeiro (após 2007, com a entrada em vigor da “política permanente de valorização do salário mínimo”), vinculação ao INPC do ano anterior e à variação do PIB de dois anos precedentes (a partir de 2012, com a Lei n.º 12.382), a reajustes abaixo da inflação, descumprindo determinação constitucional (entre 2019 e 2022).

no mercado de trabalho mão de obra capacitada e responsável para tais funções, embora sua necessidade esteja diminuindo em virtude da modernização da organização dos processos de trabalho.

A *fração pequenos empregadores* também apresentou expansão de seu rendimento real no período (3,24%), mas, diferentemente dos *gerentes*, manteve seu rendimento relativo, que correspondeu a 2,07 vezes a renda média dos ocupados tanto em 2016 quanto em 2023. Por outro lado, as frações de classes médias que perdem salário/renda média do trabalho principal (RMTP) relativa e real no período de análise foram: (I) *Empregados especialistas* apresentou redução da RMTP relativa de -0,32 p.p. e real de -9,27% (em 2023, auferindo, em média, 2,40 vezes a renda média dos ocupados, ou seja, R\$ 7.225); e (II) *Especialistas autônomos* apresentaram redução da RMTP relativa de -0,20 p.p. e real de -7,13% (em 2023, auferindo, em média, 1,88 vezes a renda média dos ocupados, ou seja, R\$ 5.642). As perdas de rendimento, associadas ao crescimento dos ocupados nessas frações, podem estar relacionadas à expansão do nível de qualificação da população sem ampliação correspondente da demanda para funções qualificadas e especializadas, haja vista o padrão de acumulação ainda muito centrado em mão de obra intensiva pouco qualificada.

Os dados da Figura 1 sugerem que a reforma trabalhista de 2017 (que possibilitou a terceirização das atividades-fins das empresas) não impactou expressivamente a participação relativa no emprego e renda das *classes médias* brasileiras, embora possa ter impactado indiretamente ao reduzir os custos com mão de obra contratada pelas *classes médias* (a exemplo dos empregados domésticos, de modo geral, bem como dos empregados contratados em atividades diversas pela *fração pequenos empregadores*) e, consequentemente, ampliado a sua renda disponível¹⁷. Mais expressivos foram os impactos da covid-19, em 2020 e no ano eleitoral 2022, na redução

¹⁷ Mais detalhes sobre os efeitos dessa reforma trabalhista nas diferentes categorias sócio-ocupacionais por segmento do setor de serviços, ver Brito, Viana e Araújo (2026). As alterações na política de valorização do salário mínimo também podem ter impactado indiretamente as *classes médias*, ao afetar o rendimento de seus empregados, especialmente os domésticos. Welle, Furno e Bastos (2022) abordam tais mudanças.

dos rendimentos das *classes médias*. Em 2020, acompanhando a retração da economia brasileira de -3,28%, três frações de classe média registraram perdas de rendimento relativo e real (*pequenos empregadores* apresentaram maiores perdas, equivalentes a -0,21 p.p. e -10,47%, respectivamente), exceção sendo a fração *gerentes*, cujo crescimento do rendimento relativo correspondeu a 0,23 p.p. e real a 7,67%. Em 2022, a economia brasileira registrou crescimento do PIB de 3,02%; contudo, novamente três frações das *classes médias* apresentaram perda de rendimento relativo e real (exceto *especialistas autônomos*), mas, diferentemente de 2020, as frações com maiores perdas foram *empregados especialistas* e *gerentes* (IPEADATA, 2024; Figura 1; Tabela A2 do Apêndice).

Enfatize-se ainda que a renda média das *classes médias* apresentadas na Figura 1 e na Tabela A2 do Apêndice estão muito além da faixa de renda média que define a *classe média estatística*. Como visto na segunda seção, a *nova classe média* de Nery (2008) compreende as pessoas com renda média domiciliar *per capita* (RDPC) mensal entre R\$ 214,00 e R\$ 923,00, a preços de 2008. Essa faixa de renda atualizada a preços de 12/2023 pelo INPC correspondeu a R\$ 523,83 e R\$ 2.259,32. Diferentemente da definição adotada neste estudo (fundamentada na abordagem neomarxista), a classificação com base na renda média (*classe média estatística*) não observa a posição na ocupação como critério de distinção entre as classes sociais, de modo que, independentemente da forma de inserção no mercado de trabalho, famílias com rendimento equivalente a essa faixa são classificadas como pertencentes à classe média. Mas, como mostra a Tabela A2 do Apêndice, ao aplicar esse critério estatístico para definir a classe média no estrato populacional classificado como *pequena burguesia* e *classes médias* segundo a definição deste estudo, aproximadamente 30% (dos mais pobres) dessa classe pertenceriam à *classe média estatística*¹⁸.

¹⁸ Aproximadamente 40% (dos estratos mais pobres) da fração de classe pequenos empregadores, 27% da fração especialistas autônomos, 32% da fração gerentes e 25% da fração empregados especialistas pertenceriam à classe média estatística.

Além do já destacado aumento da participação das classes médias na economia brasileira, entre 2016 e 2023, observou-se predominância masculina (54,18% em 2023, apesar da ampliação da participação feminina), menor participação de negros (34,96%, mesmo com crescimento no período de 4,39 p.p.), idade média de cerca de 41 anos e maior nível de escolaridade (que aumentou no período de análise). Em 2023, aproximadamente 78,78% das pessoas em ocupações de *classes médias* possuíam 13 anos de estudos ou mais e somente 6,07% possuíam até nove anos de estudo.

Os dados da Tabela 1 também mostram que cerca de 96% das pessoas em ocupações de classes médias residem na zona urbana e se concentram principalmente na região Sudeste (54% em 2016 e 52% em 2023). No período do estudo, houve alteração na região de habitação das pessoas em ocupações de *classes médias*, com redução nas regiões Nordeste (-1,04 p.p.), Sudeste (-1,00 p.p.) e Sul (-1,12) e crescimento nas regiões Norte (1,62 p.p.) e Centro-Oeste (1,55 p.p.). Apesar dessas mudanças, em 2023, somente 6,60% das pessoas em ocupações de classes médias residiam na região Norte e 9,64% na região Centro-Oeste. Se analisarmos porém os dados da participação relativa das pessoas em ocupações de *classes médias* no total da população de cada região, a região Centro-Oeste se destaca, junto à Sudeste, ao apresentar maior participação relativa de pessoas com emprego típico dessa classe.¹⁹

¹⁹ Em 2016, a participação relativa das pessoas em ocupações de classes médias no total de ocupados por região correspondeu na região Norte a 8,73%; Nordeste a 9,71%; Sudeste a 16,23%, Sul a 14,44%; e Centro-Oeste a 13,62%. Em 2023, essa participação relativa correspondeu na região Norte a 12,47%; Nordeste a 10,79%; Sudeste a 17,79%, Sul a 15,48%; e Centro-Oeste a 17,02% (IBGE, 2024).

Tabela 1 - Características dos ocupados por posição de classe (em %)¹, Brasil (2016 e 2023)

Variáveis	2016			2023		
	Classes médias	Outras classes	Total	Classes médias	Outras classes	Total
População por categoria de renda	13,62	86,38	100,00	15,32	84,68	100,00
Homem	56,24	57,91	57,68	54,18	57,48	56,98
Negro	30,59	56,23	52,74	34,96	58,45	54,85
Idade média (em anos)	41,16	38,01	38,44	41,07	39,06	39,37
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	0,50	3,26	2,88	0,33	2,54	2,20
De 1 a 4 anos de estudo	1,39	8,08	7,17	0,88	5,32	4,64
De 5 a 9 anos de estudo	8,28	30,02	27,06	4,86	23,07	20,28
De 10 a 12 anos de estudo	18,33	41,88	38,67	15,16	47,63	42,65
13 anos ou mais de estudo	71,50	16,76	24,22	78,78	21,44	30,22
Zona urbana	96,30	85,98	87,39	96,73	88,41	89,68
Região Norte	4,98	8,21	7,77	6,60	8,38	8,10
Região Nordeste	16,76	24,57	23,50	15,72	23,50	22,31
Região Sudeste	53,10	43,23	44,57	52,10	43,87	45,13
Região Sul	17,07	15,94	16,09	15,95	15,75	15,78
Região Centro-Oeste	8,09	8,05	8,06	9,64	8,50	8,68
Agropecuário	2,73	11,04	9,91	2,46	9,13	8,11
Indústria de transformação	8,48	11,99	11,51	6,70	12,44	11,56
Demais segmentos industriais	5,07	10,35	9,63	4,86	9,30	8,62
Serviços comerciais	19,11	19,47	19,42	15,20	19,62	18,94
Serviços de transporte	2,13	5,60	5,13	1,93	6,12	5,48
Serviços de alojamento e alimentação	4,34	5,36	5,22	3,89	5,81	5,52
Serviços financeiros	3,74	1,04	1,40	4,22	1,10	1,58
Serviços imobiliários	0,65	0,56	0,57	0,69	0,68	0,68
Serviços de informação	2,53	0,41	0,70	3,90	0,56	1,07
Serviços de comunicação, profissionais e administrativos	15,97	6,96	8,19	19,61	7,30	9,19
Serviços da administração pública	7,73	5,18	5,53	6,94	4,80	5,12
Serviços de saúde e educação (setor público)	11,15	4,82	5,69	11,34	5,33	6,25
Serviços de saúde e educação (setor privado)	12,62	4,52	5,63	14,41	5,03	6,47
Outros serviços	3,75	12,70	11,49	3,86	12,78	11,41
Aposentadoria ou pensão	6,26	4,90	5,09	5,99	4,98	5,13
Rendimento de aluguel ou arrendamento	4,58	1,72	2,11	5,17	1,70	2,23
Outros rendimentos	2,86	0,75	1,04	4,72	0,90	1,49
D10 (10% mais ricos)	46,11	7,25	12,54	42,47	7,19	12,60
D6 a D9 (decis médios)	45,15	45,37	45,34	47,13	45,87	46,07
D1 a D5 (50% mais pobres)	8,74	47,38	42,12	10,40	46,93	41,34

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNADC 2016 e 2023 (IBGE, 2024).

(1) Com exceção da variável idade média, que é apresentada em anos, as demais variáveis são apresentadas em %. (2) A RDPC que delimita os decis analisados foi definida para o total da população com 14 anos ou mais, conforme Tabela A1 do Apêndice.

Além da estrutura ocupacional, analisada a seguir, a Tabela 1 apresenta a proporção de domicílios com, pelo menos, um integrante auferindo rendimento de outras fontes (não oriundas do mercado de trabalho), bem como a proporção de cada estrato analisado com rendimento médio mensal domiciliar *per capita* (RDPC) que os classifique entre os 10% mais ricos, estratos médios (decil 6 ao 9) ou 50% mais pobre.

De modo geral, em todo o período de análise, as *classes médias* apresentaram maior proporção de domicílios auferindo rendimento de outras fontes, principalmente originários de aposentadorias, pensões, aluguéis ou arrendamentos. Além disso, em 2023, somente 47,13% das *classes médias* eram classificados como estratos médios a partir da análise da RDPC mensal (entre R\$ 1.303,01 e R\$ 2.504,00) e 42% estavam entre os 10% mais ricos da economia brasileira. Esses dados revelam a diferença entre a definição adotada neste estudo em relação à de *classe média estatística*.

Os dados sobre setor de atividade principal mostram a estrutura produtiva da economia brasileira e a inserção das classes médias. Esses dados evidenciam que, em todo o período de análise, o setor de serviços foi o principal setor de ocupação de todos os estratos estudados (85,99% das *classes médias* trabalhavam nesse setor em 2023, embora o principal subsetor de ocupação tenha variado entre os anos analisados), seguido pelo setor industrial (11,56% em 2023, sendo 6,70% de seu segmento de maior dinamismo, indústria de transformação, e 4,86% das demais indústrias) e pelo setor agropecuário (que apresentou a menor participação na ocupação dessas frações, 2,45% em 2023).

Sublinhe-se que esta estrutura produtiva/ocupacional brasileira, com elevada participação do setor de serviços, especialmente de baixa produtividade, afeta o desempenho da economia²⁰, uma vez que tal setor, em geral, no Brasil, apresenta menores encadeamentos produtivos, efeitos multiplicadores de produção, produtividade e inovação (Brito, 2023)²¹. A reduzida produtividade

²⁰ Dificulta o crescimento econômico sustentado, a mobilidade social da população em geral, a redução da pobreza e desigualdade etc.

²¹ A exceção seria os segmentos produtivos modernos, que apresentam maior dinamismo e capacidade de impulsionar o crescimento econômico. Mais detalhes ver Brito (2023).

da economia (associada ao processo de mudança estrutural negativa/desindustrialização) e o baixo nível de investimento do setor produtivo (em razão da menor lucratividade relativa desses investimentos) revelam o papel fundamental do Estado²² para a promoção de uma mudança estrutural positiva que possibilite a superação desses obstáculos ao crescimento sustentado, sustentável e inclusivo, com mobilidade social ascendente.

Em 2023, os segmentos do setor de serviços com menor participação na inserção das *classes médias* foram serviços imobiliários, serviços de transporte e outros serviços (conjuntamente, esses segmentos absorviam 6,48% das *classes médias*). No mesmo período, quatro segmentos desse setor incorporavam 60,56% dos membros das *classes médias* – a saber: serviços de comunicação, profissionais e administrativos; serviços comerciais; serviços de saúde e educação (setor privado e setor público).

Os setores/segmentos de maior dinamismo (como indústria de transformação e serviços de tecnologia da informação) apresentavam reduzida participação dessa classe (em 2023, correspondeu a 6,70% e 3,90%, respectivamente). Ademais, entre 2016 e 2023, a expansão dos serviços de tecnologia de informação na inserção das *classes médias* (1,37 p.p.) foi acompanhada pela redução da indústria de transformação (-1,78).

Os serviços comerciais destacaram-se ao apresentar maior perda de participação relativa no emprego das *classes médias* (-3,91 p.p.). A retração dos serviços comerciais no emprego pode estar associada à expansão de *e-commerce* na economia brasileira, que não precisam de local de trabalho exclusivo, nem de muitos trabalhadores para realizar grande volume de vendas, uma vez que normalmente terceirizam todo o serviço de entrega e não precisam de muitos vendedores para atendimento dos clientes.

²² Projeto de desenvolvimento de longo prazo, portanto de Estado, com ampliação do investimento produtivo em setores dinâmicos e estratégicos, cuja lucratividade relativa (devido aos custos de oportunidade) ou, até mesmo, o elevado volume e tempo de maturação dos investimentos necessários à construção da competitividade no mercado internacional, não tenha atraído o capital privado.

A Tabela 2 apresenta os resultados do modelo logit que estimou os principais determinantes da probabilidade de inserção em ocupações de *classes médias*, em 2016 e em 2023²³. Os resultados do modelo mostram que os homens possuem maiores chances de encontrar ocupação de *classes médias* do que as mulheres (em 2023, as chances deles foram 31,62% maiores do que as delas), enquanto os indivíduos negros (pretos e pardos) possuem menores chances de encontrar esse tipo de ocupação (-30,39%, em 2023) que os demais (brancos, amarelos e indígenas). Embora os dados indiquem uma redução da influência dos atributos sexo (11,84 p.p.) e cor (1,21 p.p.), evidenciando a importância de políticas de combate à discriminação, não se pode negligenciar as profundas raízes na sociedade brasileira da herança cultural de discriminação racial e de gênero que aparecem nesses resultados.

Tabela 2 - Determinantes da inserção em ocupações de classes médias, Brasil (2016 e 2023)

Variáveis	2016				2023			
	Coef.	P> t	odds ratio	Δ% odds ratio	Coef.	P> t	odds ratio	Δ% odds ratio
Homem	0,361	0,00	1,43	43,46%	0,275	0,00	1,32	31,62%
Negro	-0,380	0,00	0,68	-31,60%	-0,362	0,00	0,70	-30,39%
Idade	0,116	0,00	1,12	12,35%	0,100	0,00	1,10	10,49%
Idade2	-0,001	0,00	1,00	-0,11%	-0,001	0,00	1,00	-0,10%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	-0,726	0,00	0,48	-51,63%	-0,685	0,00	0,50	-49,60%
1 a 4 anos de estudo	-0,662	0,00	0,52	-48,41%	-0,454	0,00	0,64	-36,49%
5 a 9 anos de estudo	-0,309	0,00	0,73	-26,55%	-0,263	0,00	0,77	-23,10%
10 a 12 anos de estudo	Omitida - Categoria Base				Omitida - Categoria Base			
13 anos ou mais de estudo	1,638	0,00	5,14	414,42%	1,794	0,00	6,01	501,33%
Zona urbana	0,243	0,00	1,28	27,54%	0,202	0,00	1,22	22,43%
Região Norte	0,244	0,00	1,28	27,63%	0,393	0,00	1,48	48,13%
Região Nordeste	0,293	0,00	1,34	34,01%	0,249	0,00	1,28	28,32%
Região Sudeste	0,108	0,01	1,11	11,43%	0,134	0,00	1,14	14,40%

²³ Os testes de qualidade de ajuste (Hosmer-Lemeshow), curva ROC e de significância estatística do modelo (Teste F) indicam o bom ajustamento do modelo, sua alta capacidade de discriminação, e que as variáveis explicativas exercem influências estatisticamente significativas na variável dependente nos dois anos de análise.

Tabela 2 - Determinantes da inserção em ocupações de classes médias, Brasil (2016 e 2023)
(continuação)

Região Sul	Omitida - Categoria Base				Omitida - Categoria Base			
Região Centro-Oeste	0,III	0,0I	I,12	II,76%	0,219	0,00	I,24	24,43%
Agropecuário	0,487	0,00	1,63	62,67%	0,416	0,00	1,52	51,55%
Indústria de transformação	0,456	0,00	1,58	57,74%	0,211	0,01	1,23	23,49%
Demais segmentos industriais	0,392	0,00	1,48	47,99%	0,468	0,00	1,60	59,74%
Serviços comerciais	0,964	0,00	2,62	162,13%	0,748	0,00	2,11	111,25%
Serviços de transporte	-0,195	0,06	0,82	-17,73%	-0,319	0,00	0,73	-27,33%
Serviços de alojamento e alimentação	1,079	0,00	2,94	194,09%	0,990	0,00	2,69	169,11%
Serviços financeiros	0,682	0,00	1,98	97,79%	0,972	0,00	2,64	164,29%
Serviços imobiliários ²	-0,176	0,38	0,84	-16,12%	-0,013	0,94	0,99	-1,28%
Serviços de informação	1,353	0,00	3,87	287,03%	1,620	0,00	5,05	405,34%
Serviços de comunicação, profissionais e administrativos	1,085	0,00	2,96	196,00%	1,410	0,00	4,09	309,41%
Serviços da administração pública ²	0,126	0,11	1,13	13,46%	0,110	0,15	1,12	11,66%
Serviços de saúde e educação (públicos)	0,664	0,00	1,94	94,30%	0,671	0,00	1,96	95,63%
Serviços de saúde e educação (privados)	1,084	0,00	2,96	195,68%	1,235	0,00	3,44	243,71%
Outros serviços	Omitida - Categoria Base				Omitida - Categoria Base			
Aposentado ou pensionista no domicílio ²	-0,192	0,00	0,83	-17,46%	-0,066	0,23	0,94	-6,38%
Renda de aluguel no domicílio	0,159	0,02	1,17	17,29%	0,235	0,00	1,26	26,44%
Outros rendimentos no domicílio ²	0,051	0,57	1,05	5,18%	0,186	0,03	1,20	20,47%
D10 (10% mais ricos)	Omitida - Categoria Base				Omitida - Categoria Base			
D6 a D9 (decis médios)	-1,059	0,00	0,35	-65,34%	-1,021	0,00	0,36	-63,99%
D1 a D5 (50% mais pobres)	-2,154	0,00	0,12	-88,39%	-1,989	0,00	0,14	-86,32%
Constante	-5,123	0,00	0,01	-99,40%	-4,763	0,00	0,01	-99,15%
	2016				2023			
UPA Extratos Design df	12.047 573 11.474				12.024 572 11.452			
Subpopulação – Obs. Pop.	194.285 90.056.927				165.596 99.898.417			
Curva ROC Teste F Prob>F	0,8678 428,65 0,00				0,8696 454,40 0,00			
Teste Hosmer-Lemeshow (9) Prob>F :	1,50 0,1403				1,08 0,3718			

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC 2016 e 2023 (IBGE, 2024).

(1) A unidade de análise é a pessoa ocupada com 14 anos ou mais. (2) Essas variáveis não foram diferentes de zero em nenhum dos níveis de significância usuais em 2016 e/ou 2023, conforme coluna $P>|t|$. (3) A variável “serviços de transporte” é estatisticamente significativa ao nível de 10%. As demais variáveis explicativas são estatisticamente diferentes de zero em 2016 e 2023 ao nível de significância de 5% e 10%. (4) A omissão de uma categoria (de referência), evita a multicolinearidade perfeita.

As variáveis idade e idade ao quadrado (*proxy* da experiência profissional) mostram uma relação em formato de U invertido. Em 2016 e 2023 o aumento da idade elevou as chances de inserção em ocupações de *classes médias* em 12,35% e 10,49% respectivamente (redução de 1,85 p.p. da influência desse atributo no período). Contudo, a partir de determinada idade essas chances se reduzem em 0,10% e 0,11% respectivamente. Esse resultado pode estar associado à menor parcela de pessoas com 60 anos ou mais que pertencem às *classes médias*.²⁴

De acordo com os dados da Tabela 2, as variáveis com maior influência sobre as chances de a população com 14 anos ou mais possuir uma ocupação de classes médias são o nível de escolaridade e o setor de atividade principal. Os dados dos níveis de escolaridade, analisados em relação à categoria “10 a 12 anos de estudo”, mostram que quanto maior a escolaridade, maiores as chances de se inserir em ocupações de classes médias. A categoria “13 anos ou mais de estudo” destacou-se por apresentar a maior influência sobre o aumento dessas chances nos dois períodos investigados (414% e 501%, respectivamente).

Entre os setores de atividade, em 2023, somente os serviços de transporte reduziu as chances de inserção em ocupações de *classe média* (esse impacto negativo dos serviços de transportes também ocorreu em 2016). No mesmo ano, seis segmentos do setor de serviços destacaram-se ao contribuir com o aumento em mais de 100% dessas chances, são eles: (i) serviços de tecnologia da informação (aumentou as chances em 405%, em 2023) – segmento associado à Quarta Revolução Industrial e, dependendo o tipo de serviço, apresenta maior dinamismo, produtividade e inovação; (ii) comunicação, profissionais e administrativos (309% em 2023); (iii) saúde e educação do setor privado (244% em 2023); (iv) alojamento e alimentação (169% em 2023); (v) financeiros (164% em 2023); e (vi) comerciais (111% em 2023). Esses segmentos também apresentaram elevado impacto em 2016.

²⁴ Apenas 16,36%, em 2016, e 15,22%, em 2023. No mesmo período, a maioria dos brasileiros com 60 anos ou mais pertenciam ao proletariado clássico (25,34% e 27,11%, respectivamente) ou aos trabalhadores precários (47,03% e 45,17%) (IBGE, 2024 e tipologia da Pesquisa DEMSNPPP Ipea).

No período de análise, houve redução da influência da agropecuária (-11,12 p.p.), indústria de transformação (-34,25 p.p.), serviços comerciais (-50,88 p.p.) e alojamento e alimentação (-24,98 p.p.) e crescimento da influência dos demais segmentos. Entre esses destacaram-se os serviços de tecnologia da informação (118,31 p.p.), de comunicação, profissionais e administrativos (113,41 p.p.), financeiros (66,50 p.p.) e saúde e educação do setor privado (48,04 p.p.), que, entretanto, apresentam reduzida participação relativa na estrutura ocupacional brasileira (Tabela 1 – coluna Total).

Os dados sobre o local de residência evidenciaram que viver na zona urbana (em relação à rural) e nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste (em relação à região Sul) aumenta as chances de inserção em ocupações de *classe média* em 2016 e 2023. A maior influência das três primeiras regiões pode estar associada ao crescimento das *classes médias* nessas localidades. Além disso, esse resultado pode refletir diferenças na estrutura ocupacional regional brasileira. Em todas as regiões, mais de 83% das ocupações de classe média concentram-se no setor de serviços, seguido pelo setor industrial (Tabela 3). A região Sul destacou-se pela menor participação relativa do setor de serviços no emprego regional, embora esse setor permaneça como o principal empregador em todas as regiões do país (Brito, Viana, Araújo, 2026).

Tabela 3 - Distribuição (em mil) e participação setorial e regional (em %) de ocupações de classes médias, Brasil (2016 e 2023)

Descrição	Agropecuária		Ind. transformação		Outras Ind.		Serviços		Total (em mil)	
	2016	2023	2016	2023	2016	2023	2016	2023	2016	2023
Norte	6,18	4,62	4,99	5,19	6,50	5,92	82,33	84,27	611	1.009
Nordeste	2,94	3,83	4,46	3,46	5,40	4,12	87,20	88,59	2.056	2.405
Sudeste	1,95	1,42	8,97	7,42	5,09	5,01	83,98	86,15	6.513	7.972
Sul	3,06	2,80	13,57	9,40	4,49	4,55	78,89	83,25	2.093	2.441
Centro-Oeste	4,61	3,78	5,05	4,61	4,65	5,08	85,69	86,54	992	1.475
Brasil	2,73	2,46	8,48	6,70	5,07	4,86	83,71	85,99	12.265	15.302

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC 2016 e 2023 (IBGE, 2024).

(1) Com exceção da coluna Total, que mostra o total de ocupações de classe média (em mil) por região, as demais mostram a participação percentual dessas ocupações em cada setor no total regional.

Ainda que todas as regiões brasileiras tenham experimentado expansão do setor de serviços entre 2012 e 2023, esse crescimento foi mais intenso nas regiões Norte e Nordeste, especialmente a partir de 2016, impulsionado pelos segmentos de educação e saúde (setor público e privado). A maior participação relativa do emprego público nessas regiões (sobretudo em ocupações de classe média, como gerentes e empregados especialistas) também contribuiu para explicar as maiores razões de chance observadas em comparação à região Sul. Ademais, embora as regiões Sudeste e Centro-Oeste também tenham reduzido as ocupações de classe média no setor público, essas regiões ainda registravam, em 2023, maior participação relativa desse tipo de ocupação e do setor de serviços em suas estruturas ocupacionais do que a região Sul (Brito, Viana, Araújo, 2026).

Por fim, a região Sul destacou-se pela maior concentração de ocupações de classe média no setor industrial (transformação + outras indústrias), tornando-se mais vulnerável à desindustrialização prematura (Tabela 3). Entre as regiões, foi a que registrou a maior perda de participação relativa das ocupações industriais de classe média no período analisado (-4,11 p.p.).

O rendimento de outras fontes ampliou sua influência sobre as chances de inserção em ocupações de *classe média* entre 2016 e 2023. O recebimento de aluguel ou arrendamento foi o que exerceu maiores impactos, ampliando essas chances em 17,29% e em 26,44%, respectivamente. Além disso, o recebimento de aposentadoria ou pensões, em 2016, reduziu essas chances. Por outro lado, em 2023, o recebimento de outros rendimentos (bolsa de estudos, rendimento de caderneta de poupança, aplicações financeiras etc.) aumentou essas chances em 20,47%.

Os resultados sugerem crescente relevância da renda patrimonial e de fontes complementares de rendimento na reprodução das posições de classe média. O impacto positivo do recebimento de aluguel ou arrendamento e outros rendimentos indica a importância da posse de patrimônio imobiliário, capital humano e recursos financeiros nesse processo. Por outro

lado, o efeito negativo das aposentadorias e pensões, em 2016, pode estar relacionado ao perfil dos domicílios dependentes desses rendimentos, frequentemente compostos por indivíduos que não exercem ocupações típicas de classes médias e/ou que se encontram fora da população economicamente ativa.

A Tabela 2 também mostra que pertencer aos estratos médios ou ao estrato 50% mais pobre da economia brasileira (em relação ao estrato 10% mais rico) reduziu as chances dos brasileiros se inserirem em ocupações de *classe média* tanto em 2016 (-65,34% e -88,39%, respectivamente) quanto em 2023 (-63,99% e -86,32%, respectivamente). Portanto, esses dados indicam que, quanto menor a inserção no decil de renda, menores essas chances. Tais resultados corroboram os encontrados por Salata (2015).

Em suma, o modelo indicou a relevância de fatores estruturais, institucionais, familiares e inatos sobre a possibilidade de ascensão social dos indivíduos que independe do seu próprio esforço.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo investigar os determinantes da probabilidade de pessoas com 14 anos ou mais inserirem-se em uma ocupação de *classe média* (através do modelo logit) na economia brasileira, bem como analisar a evolução da participação na ocupação e renda relativa dessa classe no período 2016-2023, a partir dos dados da PNADC.

Para a definir o conceito de *classes médias/ pequena burguesia* utilizado neste estudo, realizou-se uma revisão da literatura sobre o tema, abordando sua origem, sua evolução, problematização com definições baseadas somente na renda domiciliar (classe média estatística), autodefinição, comportamentos típicos e formas de manutenção da posição de classe social. A análise fundamentou a construção da definição de *classes médias* empregadas no estudo, que remete às origens do conceito e compreende os *pequenos*

empregadores, especialistas autônomos sem empregados, gerentes e empregados especialistas.

De modo geral, entre 2016 e 2023 os indivíduos com ocupações de *classes médias* apresentaram crescimento de sua participação relativa no total de ocupados, devido à expansão das frações de classe *empregados especialistas e especialistas autônomos*. Contudo, esse crescimento não foi suficientemente expressivo para caracterizar o Brasil como um país de classe média, uma vez que essa classe representou somente 15,32% dos ocupados em 2023 (3,71% de *pequenos empregadores*, 2,42% de *especialistas autônomos*, 2,45% de *gerentes* e 6,75% de *empregados especialistas*). A adoção dessa expressão está associada ao conceito de *classe média estatística*, o qual como membros dessa classe pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* entre R\$ 524 e R\$ 2.259 (62% dos ocupados em 2023), valores que estão longe de representar o estilo de vida, a capacidade de consumo e o acesso a serviços públicos e privados desses 15,32%.

Destacou-se ainda a perda de participação relativa das frações *pequenos empregadores* e *gerentes*, em virtude da concorrência capitalista e da maior horizontalização dos processos de trabalho associadas às inovações tecnológicas e organizacionais, bem como a perda de rendimento relativo e real das *classes médias* refletindo as perdas de renda de suas frações com maior expansão relativa (*empregados especialistas e especialistas autônomos*). Isso porque, no mesmo período, as frações de classe *gerentes* e *pequenos empregadores* ampliaram seus rendimentos reais, além de aumentar (caso da primeira fração de classe) ou manter (segunda fração de classe) seu rendimento relativo.

Os resultados do modelo logit sugerem que o aumento da renda média domiciliar *per capita*, embora positivo, não é condição suficiente para possibilitar a ascensão social. Entre os principais fatores determinantes dessa ascensão observaram-se o nível educacional (sobretudo, o ensino superior), setor de atividade (especialmente segmentos da tecnologia de informação,

de comunicação, profissionais e administrativos e de saúde e educação do setor privado) e local de residência (zona urbana e regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

A análise dos setores com maior influência sobre as chances de inserção em ocupações de classe média reflete a mudança estrutural negativa da economia brasileira, marcada pela desindustrialização precoce e pela reduzida participação relativa de segmentos do setor de serviços e da indústria com maior dinamismo.

A influência do sexo masculino no aumento das chances de inserção em ocupações de classes médias e da cor/raça negra na diminuição dessas chances evidencia a importância de políticas de combate à discriminação na economia brasileira, bem como sugere que, apesar dos avanços, ainda se tem um longo caminho a trilhar para extirpar esses problemas estruturais da sociedade brasileira.

Em síntese, os resultados do modelo mostraram a não negligenciável (e em muitos casos expressiva) influência de fatores estruturais (estrutura produtiva), institucionais (discriminação), educacionais, familiares (RDPC e rendimento de outras fontes), na probabilidade de inserção dos brasileiros em ocupações de classes médias, indicando que a perspectiva de que a ascensão social dos brasileiros decorre somente do próprio esforço individual é ilusória (posse de propriedade que gere renda e a RDPC elevada podem estar associadas a herança e a rendimentos/propriedades de outros membros da família).

O crescimento do impacto do ensino superior sobre as chances de inserção em ocupações de classe média ocorrido no período (87 p.p.) revela a importância das políticas educacionais para mobilidade social. Todavia, essas devem ser acompanhadas de políticas que promovam a expansão de segmentos produtivos de maior dinamismo com eficiência keynesiana e schumpeteriana (mudança estrutural positiva), capazes não somente de gerar crescimento econômico sustentado e, se direcionado a isso, sustentável,

como também aumentar a oferta de ocupações de *classes médias*, de arcar com maiores salários (devido a sua maior produtividade), gerar mais recursos para políticas de inclusão social, combate à pobreza e às desigualdades socioeconômicas.

Por fim, anote-se que tais transformações dependem de participação ativa do Estado, apoiada por pacto político e pela sociedade civil, a fim de viabilizar os investimentos necessários (em virtude da execução e maturação de longo prazo). Considerando o contexto atual, esses investimentos deveriam ser direcionados aos segmentos de educação ambiental, economia verde, matriz energética baseada em renováveis, produção de orgânicos, entre outros. Outrossim, investimentos dessa natureza propiciarão as bases para a reestruturação produtiva com aumento de produtividade, associada ao novo momento do contexto da economia mundial.

Referências

- ALMEIDA, C.; BARBI, H. Com ganho de renda e ascensão social, Brasil volta a ser um país de classe média. *O Globo*. 2025. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/01/05/com-ganho-de-renda-e-ascensao-social-brasil-volta-a-ser-um-pais-de-classe-media.ghhtml>>. [Acesso em: 24/01/2025]
- BOITO JR., A. Os conflitos de classe na recente história política do Brasil. *Revista Princípios*, v. 42, n. 166, p. 9-30, jan/abr 2023
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2008
- BOURDIEU, P. Les trois états du capital culturel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 30, p. 3-6, nov 1979
- BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilo de vida. In: Ortiz, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Sílvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987
- BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. São Paulo: LTC, 1987
- BRASIL volta a ser um país majoritariamente de classe média. *Congresso em Foco*. 2025. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/brasil-volta-a-ser-um-pais-majoritariamente-de-classe-media/>>. [Acesso em: 24/01/2025]
- BRITO, E. C. *A contribuição do setor produtivo moderno na determinação da estrutura ocupacional e dos episódios de crescimento e contração da economia brasileira no período 1950-2020*. 2023. Tese de Doutorado, PPGE-UFRGS, Porto Alegre, 2023
- BRITO, E. C.; VIANA, A. R.; ARAÚJO, L. R. C. Reflexos da ampliação da participação do setor de serviços na estrutura ocupacional sobre a evolução da estrutura de classes sociais no Brasil e regiões (2012-2023). In: VIANA, A. R. (org.). *Mudança social e dinâmica econômica no setor de serviços no Brasil no século XXI*. Brasília: Ipea, 2026
- CARDOSO, A. *À beira do abismo: Uma sociologia política do bolsonarismo*. Rio de Janeiro: Amazon, 2020
- CASB. *Pesquisa As Classes Trabalhadoras*. São Paulo: CASB, 2024
- CAVALCANTE, S. M. Classe média, meritocracia e corrupção. *Crítica marxista*, n. 46, p. 103-125, 2018
- CLASSE média cresce e predomina no Brasil pela 1ª vez desde 2015. *PODER360*. 2025. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-economia/classe-media-cresce-e-predomina-no-brasil-pela-1a-vez-desde-2015/>>. [Acesso em: 25/01/2025]
- COLOMBINI NETO, I. *Enigma Brasil elevado e anulado para uma teoria crítica da economia política brasileira: formas da constituição de classe no Brasil nos anos 2000*. Tese de Doutorado, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2018
- DIAS FILHO, J. M.; CORRAR, L. J. Regressão logística. In: CORRAR, L. J, PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Orgs.). *Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas, 2012
- DUGGER, W. M. (ed.). *Inequality: radical institutionalist views on race, gender, class, and nation*. Westport/ London: Greenwood Press, 1996
- FÁVERO, L. P. L. et al. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria Básica*. Tradução de Denise Durante, Mônica Rosemberg e Maria Lúcia G. L. Rosa. Porto Alegre: AMGH, 2011

- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC: Microdados 2016 a 2023*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita/>. [Acesso em: 04/11/2024]
- LOCKWOOD, D. *The blackcoated worker: a study in class consciousness*. Oxford: Clarendon Press, 1989
- LOUREIRO, P. M. *The ebb and flow of the pink tide: reformist development strategies in Brazil and Argentina*. 2019. PhD thesis. SOAS University of London, 2019
- LÖWY, M. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. Tradução de Heloísa Helena A. Mello e Agostinho Ferreira Martins. São Paulo: Cortez Editora, 1998
- MAGALHÃES, L. C. G. *Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil*. Brasília: Liderança do PT na Câmara dos Deputados, 2015
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012
- MILLS, C. W. *White collar: the American middle classes*. New York: Oxford University Press, 1969
- NERY, M. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, 2008
- POMPEU, J. C. B. et al. *Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2023
- POMPEU, J. C. B. et al. *Tipologias de estrutura de classe no Brasil: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas*. Brasília: Ipea, set 2020. (Texto para Discussão, n. 2592)
- POULANTZAS, N. *Classes in contemporary capitalism*. London: NLB, 1975
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Maria Leonor F.R. Loureiro. Campinas: Ed. Unicamp, 2019
- SAES, D. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). *Revista Contraponto*, n. 2, p. 96-102, nov 1977
- SALATA, A. R. Quem é quem na classe média no Brasil? Um estudo sobre identidade de classe. Dados - *Revista de ciências sociais*, v. 58, n. 1, p. 111-149, 2015
- SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005
- SANTOS, J. A. F. Fundamentos e aplicações de uma tipologia de classes para o Brasil. P. In: POMPEU, J. C. B. et al. *Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2023
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1 e 2. (Os economistas)
- WELLE, A.; FURNO, J.; BASTOS, P. P. Z. *O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro*. Campinas: IE/Unicamp, 2022. (Cocoon: Nota Técnica, 18)
- WRIGHT, E. O. Foundations of a neo-Marxist class analysis. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

Tabela A1 – Limite superior de cada decil, média e mediana (em R\$) do rendimento mensal do trabalho principal (RMTP) e domiciliar per capita (RDPC) (2016 e 2023)

Período		Decis									Media-na	Média
		1	2	3	4	5	6	7	8	9		
2016	RMTP	565	1.151	1.269	1.436	1.735	2.141	2.757	3.582	5.731	1.735	2.925
	RDPC	317	503	683	876	1.117	1.319	1.685	2.262	3.614	1.117	1.791
2023	RMTP	595	1.202	1.320	1.503	1.842	2.103	2.800	3.669	5.946	1.842	3.007
	RDPC	400	627	806	1.018	1.303	1.496	1.884	2.504	3.964	1.303	1.983

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNADC 2016 e 2023 (IBGE, 2024).
(1) Os rendimentos foram atualizados a preços médios de 2023 pelo deflator da PNADC.

Tabela A2 – Distribuição do número estimado de pessoas (em mil) e RMTP (em R\$): total de ocupados, classes médias e suas frações (2016-2023)

Período	Pequenos empregadores		Especialistas autônomos		Gerentes		Empregados especialistas		Grande classes médias		Total de ocupados	
	Ocup	RMTP	Ocup	RMTP	Ocup	RMTP	Ocup	RMTP	Ocup	RMTP	Ocup	RMTP
2016	3.547	6.043	1.254	6.075	2.756	7.352	4.709	7.960	12.265	7.076	90.057	2.925
2017	3.575	5.741	1.435	5.732	2.724	7.878	4.722	7.667	12.456	6.937	90.502	2.887
2018	3.823	6.251	1.560	6.265	2.632	8.092	5.080	7.662	13.095	7.170	92.023	2.965
2019	3.640	6.182	1.580	5.390	2.692	7.958	5.273	7.764	13.185	7.082	94.210	2.941
2020	3.491	5.535	1.513	5.148	2.326	8.569	5.291	7.569	12.621	6.900	86.189	2.922
2021	3.267	5.896	1.975	5.072	2.289	7.888	5.513	7.341	13.044	6.731	88.980	2.822
2022	3.767	5.707	2.195	5.298	2.515	7.592	6.325	7.052	14.801	6.541	98.751	2.896
2023	3.703	6.239	2.414	5.642	2.444	8.271	6.741	7.225	15.302	6.903	99.898	3.007

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNADC 2016 a 2023 (IBGE, 2024).
(1) RMTP consiste na renda média mensal efetiva do trabalho principal de cada categoria sócio-ocupacional, atualizadas a preços médios de 2023 pelo deflator efetivo da PNADC.